

Melhorar o conhecimento mútuo dos países da CPLP através de parcerias público-privadas

Jorge Braga de Macedo¹

Introdução

No comunicado final da VIIIª reunião ordinária do conselho da CPLP, realizada em Coimbra a 17 e 18 de Julho de 2003, os ministros realçaram «*as potencialidades da colaboração entre NEPAD e OCDE para efeitos de troca de informação económica*» e recomendaram ainda que se aproveitassem «*as oportunidades de colaboração entre OCDE e UNESCO*», promovendo a CPLP reuniões periódicas sobre temas de interesse comum.

O cotejo dos planos de actividade das organizações internacionais acima referidas sugerirá certamente vários temas de interesse comum. O presente texto avança desde já com uma proposta baseada em exemplos concretos que envolveram o programa lusófono do Centro de Desenvolvimento da OCDE (DEV), em associação com o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) – até porque o primeiro desses exemplos tem a ver com Cabo Verde.

No verão de 2002, o Professor Cruz e Silva, enquanto presidente do IICT, e o autor, enquanto director do Centro de Sócio-Economia (CSE) do IICT, apresentaram ao Dr. Corsino Tolentino, enquanto director responsável da Fundação Calouste Gulbenkian, um projecto de parcerias público-privadas que continuaria o estudo da reforma da administração pública cabo-verdiana levado a cabo no DEV em 2001, graças a um donativo do Banco de Portugal.

Como se indica no prefácio a Lourenço e Foy (2003), cuja versão portuguesa se publica neste volume, essa continuação também beneficiaria do projecto *Memórias Comuns e seu Impacto* que, com outros centros do IICT, o CSE conduzia desde 1999. Espera-se que a publicação em português do estudo do DEV – de novo graças à generosidade do Banco de Portugal – possa suscitar interesse numa parceria público-privada para o desenvolvimento de Cabo Verde, tal como a proposta contida neste escrito.

Trata-se de melhorar a base de conhecimentos científicos e técnicos sobre a qual governo e associações empresariais constroem as suas estratégias de desenvolvimento nacional, tendo em conta a conjuntura global. É que, sem uma base de conhecimentos partilhada, não pode haver confiança entre entidades públicas, empresas privadas e sociedade civil. Como também não há parceria sem confiança, a base de conhecimentos apropriada pela sociedade acaba por determinar as perspectivas de desenvolvimento sustentado num mundo em que a pobreza ainda aflige tanta gente em tantos países.

¹ O autor exprime-se a título pessoal.

Ao salientar a base de conhecimentos como o ingrediente crucial das parcerias público-privadas para o desenvolvimento, está-se a salientar também a interligação que existe entre a qualidade das instituições e o rigor científico e técnico das políticas de desenvolvimento, por um lado, e a apropriação destas pelos parceiros sociais e pelos financiadores internacionais do desenvolvimento, por outro.

O resto deste escrito está dividido em três secções. A segunda secção realça a parceria global para o desenvolvimento contida nos «Objectivos de Desenvolvimento do Milénio» – que começaram por ser elencados no Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD) – e o seu papel na procura do bem comum nacional, regional e global.

Assente na *lusofonia como bem comum*, o tema da apresentação do autor no I Fórum Empresarial da CPLP em 2002, a terceira secção apresenta os resultados de parcerias público-privadas concretas, das quais ressalta a vantagem em alargar e aprofundar a cooperação multilateral lusófona, na linha do comunicado citado inicialmente. Aliás, tal alargamento complementa sem substituir a cooperação bilateral dos Estados-membros da CPLP. Até porque também resultou da reunião ministerial em Coimbra a vantagem de envolver o Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento (IPAD) ou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em programas que impliquem um aumento da base de conhecimentos. Por sua parte, o IPAD tem revelado grande interesse na Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), assente que está na apreciação pelos pares, típica da OCDE ou da União Europeia (UE) e em parcerias público-privadas para o desenvolvimento africano, tais como a proposta neste escrito.

Para realçar o potencial do IICT no apoio ao sector privado lusófono, apresenta-se na quarta secção o mais antigo organismo público português votado de modo permanente ao conhecimento científico das regiões tropicais, com provas dadas nas áreas das ciências naturais e humanas, salientando na secção conclusiva o interesse numa adaptação dos mecanismos de apreciação pelos pares da OCDE manifestado quer pela NEPAD quer pelo recém-criado Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre China e Países de Língua Portuguesa (Macau). Como tudo aquilo que os oito membros da CPLP conseguiram forjar assenta na complementaridade entre cooperação multilateral e bilateral, vale a pena lançar uma parceria público-privada cabo-verdiana por ocasião do primeiro Fórum Empresarial da CPLP realizado em África.

A parceria global para o desenvolvimento

Para se concretizarem duradouramente a nível nacional, os benefícios derivados da globalização exigem confiança entre todos os parceiros internos e externos. Esta confiança é ainda mais decisiva nos países em desenvolvimento – cujas populações se encontram em situação de pobreza absoluta e dependência da ajuda externa.

Mesmo na ausência de conflitos armados no país ou em regiões próximas, a confiança entre todos os parceiros e financiadores do desenvolvimento assenta em políticas que assegurem

a erradicação da pobreza, a obtenção do crescimento económico sustentado e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Sem confiança entre todos os agentes económicos e sociais não há credibilidade. Mas, para ser credíveis, as políticas não exigem apenas uma substancial melhoria da governação, promotora de um ambiente mais propício ao funcionamento das empresas. A credibilidade das políticas exige ainda coerência de acção dos financiadores do desenvolvimento.

Tal coerência é evocada na «Declaração do Milénio», adoptada pelas Nações Unidas. O oitavo dos «Objectivos de Desenvolvimento do Milénio» é uma parceria global para o desenvolvimento que facilita o alcançar dos objectivos de erradicação da pobreza através de políticas adequadas à sua prossecução a nível nacional e global. Os Objectivos do Milénio e as políticas que os suportam foram retomadas na conferência internacional sobre financiamento do desenvolvimento promovida pelas Nações Unidas e realizada na cidade mexicana de Monterrey em Março de 2002. Aí se aprovou uma declaração referente a um novo paradigma do desenvolvimento (denominado «consenso de Monterrey»), o qual enquadra as políticas tendentes à integração das economias dos países em desenvolvimento no sistema económico mundial com o objectivo da erradicação da pobreza.

A avaliação dos resultados desta parceria exige mecanismos de supervisão multilateral das economias, mecanismos antes reservados ao Fundo Monetário Internacional e à OCDE. Apesar das recentes dificuldades com a aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, a UE (e em particular a zona do euro) já demonstrou que a supervisão multilateral regional e global se podem reforçar mutuamente, mas esta complementaridade só ilustrará a nova parceria se esquemas regionais de exame pelos pares vierem a ser postos em prática fora do âmbito da OCDE.

Como se prestam à formulação das políticas com bases científicas sólidas, as parcerias público-privadas e os métodos de supervisão ditos de pressão dos pares promovem o bem comum dos países em desenvolvimento ou das economias emergentes. Está potencialmente nesse caso a NEPAD, proposta por cinco Chefes de Estado Africanos em Outubro de 2001 e depois articulada com a União Africana (UA). Na verdade, a NEPAD e a UA promovem supervisão multilateral voluntária entre todos os países africanos, com destaque para as áreas da governação económica e política e apelo específico ao contributo do sector privado, principal beneficiário de um melhor conhecimento da economia, como aquele que proporciona o relatório sobre «Perspectivas Económicas Africanas», elaborado em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento (OECD 2003a).

Em Monterrey, as parcerias público-privadas para o desenvolvimento foram reconhecidas como instrumentos para a formação de ambientes favoráveis ao normal funcionamento das empresas e à atracção e aumento do investimento, factor essencial à criação de riqueza e emprego. Tais parcerias alargam a base de conhecimentos para o diálogo sobre políticas entre o meio empresarial e o sector público, e permitem melhor definir o bem comum e as formas de o aplicar em cada país.

Os objectivos de melhorar o ambiente para a actividade privada e de criar a confiança entre todos os parceiros e financiadores do desenvolvimento dos países explicam que se fale de parcerias público-privadas para o desenvolvimento. Numa acepção lata, o conceito aplica-se a um largo leque de países desejosos de vencerem o desafio da boa governação e de desenvolverem os seus sectores privados.

A experiência demonstra que é lenta a transição da habitual relação adversarial entre sectores privado e público até à almejada parceria na procura do bem comum e das melhores formas de o aplicar.

O diálogo social no âmbito de parcerias devidamente estruturadas tem sido um investimento de sucesso na construção progressiva de relações de confiança entre os agentes dos sectores público e privado.

Para tal, é importante que os dados e informações sejam desenvolvidos por instâncias locais e não fornecidos por organismos externos, para que os sectores privado e público locais possam sentir que é deles a «propriedade» dos conhecimentos que servem de base para as suas deliberações e decisões. As vantagens da «propriedade» não obstam, porém, a que seja também essencial assegurar que as políticas desenvolvidas e aplicadas tenham mérito técnico e económico.

As parcerias são bem conhecidas dos comités consultivos empresariais e sindicais da OCDE (*Business and Industry Advisory Committee*, BIAC e *Trade Union Advisory Committee*, TUAC), mas têm estado ausentes do debate sobre o desenvolvimento. Por outro lado, o bem comum e a pressão dos pares prevista no NEPAD exigem a partilha do risco. Para ser credível, a partilha do risco exige sinergias entre a cooperação multilateral, empresarial e técnico-científica (OECD 2003b). Ora essa é outra característica da parceria global para o desenvolvimento.

Nesse quadro, as parcerias público-privadas têm como objectivo gerar benefícios a nível de produtos e a nível de processos. Os produtos previstos incluem um indicador compósito que todos os agentes económicos possam utilizar como resumo dos vários indicadores disponíveis, por forma a facilitar o diálogo entre parceiros sociais a nível nacional e disponibilizar informação económica produzida localmente para os investidores externos e outros parceiros internacionais. Mais concretamente, o objectivo é disponibilizar informação económica actualizada, através duma entidade local idónea (federação empresarial ou instituto nacional de estatística) e eventualmente através da Internet, para utilização de todos os agentes interessados.

A nível de processos, os trabalhos têm servido para promover uma ligação mais estreita entre os sectores público e privado. A experiência de outros países, nomeadamente o Botswana, demonstra que o simples facto de se organizarem grupos de trabalho, conferências ou seminários onde se juntam os dois sectores, para conversar sobre assuntos de interesse mútuo, tem como consequência uma melhor apreciação dos problemas, anseios

e progressos de parte a parte. Ao longo do tempo – e ele pode ser bem longo – as posições defensivas iniciais vão-se transformando numa parceria para defender o bem comum.

Investigação e desenvolvimento lusófonos

No I Fórum Empresarial da CPLP, realizado em Junho de 2002 em Lisboa, foram expostas pelo autor as actividades de investigação lusófona no DEV, cuja base estava no programa de trabalho sobre «globalização e governação» realizado em 2001/02 na concretização dos objectivos descritos na secção precedente (OECD 2003c). Num seminário em Angola, organizado pela Embaixada de Portugal em 25 de Setembro de 2002 sobre *Desenvolvimento em português*, adaptou-se a mesma exposição à problemática regional. Existem vários estudos de casos relevantes, que também envolveram o IICT e que continuam no programa de trabalho do DEV para 2003/04.

Na verdade, uma maior colaboração entre instituições de investigação e agências de ajuda ao desenvolvimento lusófono já vinha sendo praticada pelo IICT. Assim, no CSE, que sucedeu à Missão de Estudos do Rendimento Nacional do Ultramar, promoveu-se em 1986 um esboço de modelização macroeconómica na Guiné-Bissau, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), e outro em São Tomé e Príncipe, conjuntamente com o Banco de Portugal. O CSE foi também encarregado do estudo sobre história económica de Angola e participou na primeira missão do Banco Mundial, colaborando ainda no capítulo sobre política cambial. Também estudou em 1988 a possibilidade de um arranjo monetário com Guiné-Bissau e com São Tomé, com o patrocínio do então Instituto de Cooperação Económica (actual IPAD).

Por ocasião do referido projecto sobre *Memórias Comuns e seu Impacto* a colaboração entre instituições de investigação e agências de ajuda ao desenvolvimento afectou vários centros de estudos em ciências humanas. No CSE ficou em esboço um estudo sociológico das pertenças comuns das comunidades cabo-verdianas residentes na grande Lisboa, a ser conduzido por Maria João Garcia (economista do CSE) e Artemisa Delgado (socióloga de Cabo Verde) logo que exista financiamento. A metodologia envolve entrevistas exploratórias a elementos representativos da comunidade cabo-verdiana, das quais resultará um guião para entrevistas subsequentes que serão transcritas para efeito de análise de conteúdo. A ideia é analisar acordos de cooperação em diferentes graus de ensino, em termos dos seus objectivos, programas escolares, manuais utilizados, áreas preferenciais e análise das políticas e medidas concretizadas no campo da formação profissional com vista à consecução de um melhor emprego. Também se pretende investigar a ligação entre as liberdades e o controlo social, expressa e veiculada no campo da oralidade. Em ambos os temas, dá-se especial atenção ao papel e condição da mulher, o que interage de novo com o programa de trabalho do DEV, e com a versão aqui publicada de Lourenço e Foy (2003).

Na mesma linha, aplicou-se a abordagem sumariada na segunda secção às relações luso-brasileiras – como consta de um trabalho apresentado na sessão de economia do «Congresso Brasil-Portugal ano 2000», realizada no palácio do Itamaraty, em Brasília, a 23

de Setembro de 1999. Também se analisaram as perspectivas de desenvolvimento nacional em Timor-Leste nessa mesma óptica, tendo-se o trabalho vindo a articular com o apoio a parcerias público-privadas para capacitação local realizadas pelo DEV a partir de 2000.

Para além do desenvolvimento nacional em Timor-leste e da reforma da administração pública e da luta contra a corrupção em Cabo Verde, em Abril de 2002, o DEV abordou a interação entre democracia e desenvolvimento no seminário do IICT sobre *Comunicação e Império*, depois publicada em Braga de Macedo e Foy (2003). Dois outros temas com relevância para a NEPAD que foram objecto de estudo pelo DEV são formas inovadoras de financiamento, incluindo fundos de garantia e programas de micro-crédito, realizadas em Moçambique, República Democrática do Congo e Angola (Santos 2003) e o indicador de actividade económica em Moçambique (Tibana 2003), que se deveria efectuar também para Cabo Verde, à semelhança do que se está a fazer em Angola, Gana e Tanzânia.

O indicador compósito de actividade económica (ICAE) foi tornado possível pelo apoio da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (actual IPAD) a um projecto-piloto em Moçambique, iniciado em Agosto de 2001 e contando com um comité de pilotagem presidido pelo Dr. Mário Machungo, antigo primeiro-ministro, actualmente presidente do maior banco privado, e com um comité de avaliação, composto pelo Ministro do Comércio e pelas cúpulas empresariais e sindicais. Em 1 de Outubro de 2002, realizou-se uma conferência em Maputo, na qual se pôs o ICAE à disposição da Associação Industrial de Moçambique (AIMO). Nessa sequência, o indicador compósito da actividade económica foi apresentado no lançamento da segunda edição do AEO, tendo-se seguida a visita à OCDE do Presidente da República de Moçambique, o segundo Chefe de Estado africano em exercício a fazê-lo, em 4 de Abril de 2003.

As formas inovadoras de financiamento, outra prioridade da conferência de Monterrey, estiveram presentes em Maputo através do esquema de empréstimos dirigidos às vítimas das cheias de Fevereiro de 2000. O tema foi, aliás, retomado no projecto realizado na República Democrática do Congo em 8 de Abril de 2003, do qual resultaram propostas concretas de crédito a micro, pequenas e médias empresas e esquemas de financiamento inovadores com aplicação noutros países. Quanto ao aspecto da transição pós-conflito, tratado por del Castillo (2003), altera profundamente a relação entre economia e política, exigindo uma atenção particular ao diálogo social e aos aspectos culturais.

As actividades lusófonas na OCDE proporcionaram uma partilha de experiências entre os países membros da OCDE e os países lusófonos, mas também entre estes. O conhecimento mútuo dos países da CPLP pode transformar o aumento do conhecimento que a partilha multilateral de experiências supõe num elemento de «propriedade» das políticas, como indicado na secção precedente.

Os «encontros de Lisboa» que desde 1990 reúnem os governadores dos bancos centrais e os ministros das Finanças dos países afro-lusófonos (e Timor-Leste desde 2002) nas vésperas dos encontros anuais das instituições de Bretton Woods têm contribuído para uma

partilha de experiências entre os países africanos lusófonos, que muitas vezes não conhecem as realidades económicas e sociais concretas dos seus parceiros. Como o Brasil participa nalgumas actividades, passando então a coincidir os seus membros com os da CPLP, pode por esta via aumentar a capacidade analítica de que o Conselho Empresarial da CPLP poderá dispor para melhorar o ambiente de negócios e reforçar o elemento de «propriedade» das políticas de desenvolvimento dos países membros. Dada a sua temática especificamente económica e comercial, o Fórum de Macau tem a mesma virtualidade.

Cooperação multilateral e apoio ao sector privado lusófono

Para além do interesse científico das actividades de cooperação descritas, existiu no IICT a preocupação de contribuir para encontrar um modelo para a cooperação portuguesa, no quadro de uma política económica externa que equilibrasse as pertenças europeia e lusófona, ou juntasse UE e CPLP numa rede bi-multilateral. Tal quadro permitiria às empresas portuguesas combinar a diferenciação dos produtos com a diversificação dos mercados, facilitando assim a internacionalização da economia nacional.

Essa preocupação já foi expressa em 1986, durante uma viagem do Presidente da República Portuguesa a São Tomé e Cabo Verde, por ocasião de uma reunião dos empresários presentes com o Secretário de Estado da Cooperação, realizada na cidade da Praia, em Cabo Verde. Tiveram depois lugar no IICT sucessivas reuniões dos empresários membros do dito «grupo da Praia» e de representantes da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), das quais saiu em 1988 a ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação.

Em Abril de 1992, o então presidente da ELO, Francisco Mantero, introduziu o tema do desenvolvimento económico e empresarial africano na reunião plenária de Lisboa da Comissão Trilateral, que o IICT se ofereceu para patrocinar, na perspectiva das lições que a experiência de Portugal encerrava para a transição para a democracia e a economia de mercado a Sul e a Leste. A colaboração continuou através do Fórum Portugal Global (FPG), associação fundada em 1996 para apoiar as actividades do grupo português da Comissão Trilateral e promover a internacionalização das empresas portuguesas, e que como tal concluiu um protocolo de cooperação com a ELO. Nesta mesma perspectiva, o IICT participa desde o início no Conselho de Curadores da Fundação Portugal África.

Por ocasião da realização do II Fórum Empresarial da CPLP, realizado em Junho de 2003 em Fortaleza, o respectivo Secretário Executivo, Embaixador João Médicis, disse que «o Conselho Empresarial, em fase de construção, terá o potencial de operar como uma grande Câmara de Comércio e Indústria que uniria os empresários dos oito países da CPLP (...) e permitirá um acesso maior aos mecanismos de cooperação dos blocos onde os países estão inseridos» (mais em www.noticiaslusofonas.com).

Numa parceria entre a revista *África Hoje* e o IICT, apoiada por consultores do DEV, realizaram-se conferências subordinadas ao tema «Melhor Estado, Melhor Ambiente de Negócios» em Angola e em Moçambique, tendo-se discutido o micro-crédito e o índice compósito de actividade económica, num contexto de transição pós-conflito.

Por sugestão da AIA, do representante do FMI e de outros participantes no seminário de Luanda, expressamente aceite pelo representante do Presidente da República de Angola, o tópico da concertação social está a ser aprofundado por uma equipa interdisciplinar. Tal aprofundamento deverá permitir aos sectores privado e público locais sentir que é deles a «propriedade» dos conhecimentos que servem de base para as suas deliberações e decisões.

A legitimação da concertação social através do funcionamento das instituições de diálogo é comum nos países da OCDE, e reconhecido, por exemplo, no funcionamento do BIAC e TUAC em articulação quer com reuniões ministeriais quer com o secretariado. «A edificação jurídica pós-colonial de Angola», para retomar o subtítulo de Marques Guedes et al. (2003), introduz neste processo de legitimação especificidades que só há poucos meses deixaram de ser marcadas pela guerra.

Os exemplos de Moçambique, Angola e Congo mostram bem que a utilidade do desenvolvimento do sector privado é grande numa situação pós-conflito, que obriga a um esforço especial de consulta das várias partes envolvidas, nomeadamente não-governamentais. Quando, além disso, se trata de um país novo, onde todas as estruturas estão a ser criadas do zero, mais útil é o desenvolvimento do sector privado.

Assim, Braz (2003) argumenta que um projecto em Timor-Leste deveria começar com actividades conducentes ao reforço das estruturas do sector privado, complementando os esforços que já estão a ser feitos por entidades bilaterais e multilaterais no sentido de apoiar o sector privado. Os mesmos princípios e mecanismos podem ser aplicados à resolução de problemas mais gerais, como a gestão de recursos naturais (petróleo e gás) e à divulgação da língua oficial.

Conclusão

Não basta que a sociedade civil se aproprie dos conhecimentos que servem de base às políticas desenvolvidas e aplicadas. É também essencial assegurar que estas políticas tenham mérito técnico e científico. Para tal será necessário reconhecer o pluralismo dos processos de legitimação e combinar a abordagem jurídica construtivista com a análise económica, na linha do que se faz na chamada nova economia institucional, por exemplo no que toca aos regimes cambiais, aos estatutos dos bancos centrais, aos procedimentos orçamentais ou às entidades de regulação, para referir apenas os casos que mais influências têm tido nas instituições de diálogo dos países da OCDE, não obstante a sua diversidade.

A parceria público-privada para o desenvolvimento de Cabo Verde proposta neste escrito elencaria estes temas, podendo beneficiar de financiamento no quadro do programa

indicativo de cooperação com o Luxemburgo. Este programa indicativo está virado para os sectores sociais, no contexto do objectivo de redução da pobreza, mas nele pode decerto ser incluído o financiamento de uma parceria público-privada, caso assim o entenda o governo de Cabo Verde, de acordo com os responsáveis do programa no ministério luxemburguês, informalmente consultados pelo autor em Julho de 2003, na preparação da reunião da CPLP referida no início. Vão no mesmo sentido uma combinação de apoios bilaterais lusófonos e europeus, no espírito da desejada rede bi-multilateral UE/CPLP bem como o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre China e Países de Língua Portuguesa (Macau) onde a OCDE salientou a importância do próximo Fórum Empresarial da CPLP se realizar em África.

Tanto mais que, citando o contributo do Chefe de Governo neste volume, quando menciona o projecto de organizar em Cabo Verde uma cimeira dos Pequenos Estados Insulares Africanos no quadro da NEPAD, que «não há nem poderia haver qualquer antinomia entre uma integração na nossa subregião e o estabelecimento e reforço de relações privilegiadas com a Europa».

Anexo

Prefácio da versão portuguesa do webdoc no. 6 do Centro de Desenvolvimento da OCDE, publicado em Março de 2003.

No âmbito do tema central do seu programa de trabalho, *Globalização e Governança (G&G)*, o Centro de Desenvolvimento da OCDE tem vindo a desenvolver esforços no sentido de identificar pistas e mecanismos comuns de apoio aos países em vias de desenvolvimento de modo a que estes possam promover uma interacção positiva entre aqueles dois fenómenos.

Uma das pistas identificada aponta para o papel fundamental que tem o sector privado para *dar às populações meios de responder aos desafios da globalização*, o título duma das actividades incluídas no programa do trabalho sobre G&G. De facto, sem a dinâmica própria da iniciativa privada, o crescimento é limitado e o impacto na redução da pobreza é reduzido. Em diversos países em desenvolvimento, o Estado apoia e promove o desenvolvimento empresarial de iniciativa privada e os processos de privatizações. Em África, a Nova Parceria para o Desenvolvimento (NEPAD), lançada em Outubro de 2001, vai neste sentido.

No programa de trabalho sobre G&G constam ainda actividades lusófonas específicas lançadas em 2000 por iniciativa do Brasil, prontamente apoiadas por Portugal e pelos restantes Estados-membros do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Essas actividades têm envolvido contactos com as representações dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Paris e com o grupo da CPLP na UNESCO. Também se aproveitaram sinergias com a vertente sócio-económica do projecto *Memórias Comuns: dos circuitos esclavagistas às comunidades lusófonas* em curso no Instituto de Investigação Científica Tropical.

Teve lugar no Centro, a 19 de Novembro de 2001, graça ao apoio financeiro do Banco de Portugal, um seminário destinado a discutir a realidade cabo-verdiana actual e recolher contributos para a execução deste estudo de caso. Uma versão preliminar foi aí apresentada pelo Dr. Jaime Lourenço e comentada pelo Embaixador da República de Cabo Verde em França, Arnaldo Andrade Ramos, pelos Professores Yves Bourdet, da Universidade de Lund e Michel Lesourd, da Universidade de Rouen, bem como por Paulo Santos-Monteiro, do Gabinete de Cooperação da Comissão Europeia –EuropAid, Maria Alves Trovoada de Almeida, Conselheira Especial do Governo de São Tomé e Príncipe para as Relações Internacionais e Augusta Conchiglia, Grande Repórter de *Le nouvel Afrique Asie*.

Os Doutores João Gomes Cravinho e Manuel Sebastião, respectivamente do Instituto Português de Cooperação e do Banco de Portugal, que não puderam estar presentes no seminário, enviaram os seus comentários pessoais em seguida. A Doutora Fátima Monteiro, do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, escreveu um comentário pessoal e o estudo foi discutido no IICT.

Do ponto de vista económico, político e social, Cabo Verde regista desempenhos notáveis. Numa região onde as democracias se têm revelado frágeis ou de curta duração, Cabo Verde

estabeleceu uma sólida tradição democrática desde a sua independência em 1975. Apesar das vulnerabilidades que regista, os seus níveis de educação, saúde e segurança são dos mais elevados em África e os doadores ficam, geralmente, bem impressionados com o uso eficiente que o país faz da ajuda pública e das transferências privadas. Contudo o sector privado continua a ter um peso reduzido e é composto por pequenas e micro empresas com fraco poder de gerar emprego e registando uma baixa contribuição para as receitas fiscais.

Os autores deste estudo associam a manutenção deste constrangimento, em certa medida, à relativa falta de transparência nas contas nacionais, o que desencoraja os investidores estrangeiros, à excessiva centralização na tomada de decisões estratégicas e orçamentais, o que limita o papel da iniciativa privada. Os autores sugerem o estabelecimento de parcerias entre o Estado, o poder local, as associações empresariais e as instituições representativas de emigrantes, com vista a encorajar a criação de novas empresas e de emprego e o desenvolvimento sustentável do país. Recomendam ainda uma política industrial inovadora, tendo por base o aproveitamento da posição estratégica de Cabo Verde e das suas excelentes redes de transportes e comunicações entre os continentes Africano, Europeu e Americano.

Esta versão do estudo serviu de base à apresentação de Colm Foy no Fórum Empresarial da CPLP realizado em Lisboa em 27 de Junho de 2002, tendo-se seguido uma intervenção do Embaixador Andrade Ramos, sobre modos de interessar a diáspora cabo-verdiana no desenvolvimento nacional. Poderá seguir-se um projecto sobre parcerias público-privadas semelhante àquele que o Centro, com o apoio da Agência Portuguesa de Desenvolvimento, está a realizar para o caso de Moçambique. Embora incida sobre Cabo Verde, a metodologia de análise, as conclusões e as recomendações do presente estudo poderão ser úteis quer a outras actividades lusófonas quer ao NEPAD.

Referências

Braga de Macedo, Jorge e Foy, Colm (2003) «Development, Peer Pressure and Democracy», in Ching-Seung Chung e Jin Park, organizadores, *National Visions and Strategies*, KDI School of Public Policy and Management, OECD e World Bank, pp. xvii-xxxv.

Braga de Macedo, Jorge (2003), *Peer Review and Public-Private Partnership among Developing Countries*, relatório para o Secretário-Geral da OCDE, Paris, Dezembro

Braz, José (2003), *Public-Private Partnerships for Development: Three Applications to Timor Leste*, OECD Development Centre Webdoc n. 8, Maio.

del Castillo, Graciana (2003), *Economic Reconstruction In Post-Conflict Transitions: Lessons for The Democratic Republic of the Congo (DRC)*, OECD Development Centre Webdoc n. 16, Maio.

Lourenco, Jaime e Foy, Colm (2003), *Cap Vert: Gouvernance et Développement*, OECD Development Centre Webdoc no. 13, Maio.

Marques Guedes, Armando, Feijó, Carlos et al. (2003), «Pluralismo e Legitimação»

OECD (2003a), *African Economic Outlook 2002/2003*, Paris (existe sumário em português em <http://www1.oecd.org/publications/e-book/410302UE5.PDF>.)

OECD (2003b), *Emerging Risks in the 21st Century*, Paris

OECD (2003c), *Globalisation and Governance, Main Results of the OECD Development Centre 2001-2002 Programme of Work*, Paris

Santos, Nuno (2003), *Financing small, medium and micro enterprises in post-conflict situations: Microfinance opportunities in the Democratic Republic of Congo*, <http://wbln0018.worldbank.org/EURVP/web.nsf/Pages/ABCDE+2003-+Papers>

Tibana, Roberto (2003), *The Composite Indicator of Economic Activity in Mozambique (ICAE): Filling in the Knowledge Gaps to Enhance Public-Private Partnerships (PPPs)*, OECD Development Centre Webdoc no. 15, Maio.